Conselho Local de Ação Social de Alijó

PLANO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO CONCELHO DE ALIJÓ

Rede Social Alijó

ALIJÓ
Território de Origem Demarcada

Aprovado em Plenário de CLAS a 09 de março de 2022

"O Douro sublimado. O prodígio de uma paisagem que deixa de o ser à força de se desmedir. Não é um panorama que os olhos contemplam: é um excesso da natureza. Socalcos que são passadas de homens titânicos a subir as encostas, volumes, cores e modulações que nenhum escultor, pintor ou músico podem traduzir, horizontes dilatados para além dos limiares plausíveis da visão. Um universo virginal, como se tivesse acabado de nascer, e já eterno pela harmonia, pela serenidade, pelo silêncio que nem o rio se atreve a quebrar, ora a sumir-se furtivo por detrás dos montes, ora pasmado lá no fundo a refletir o seu próprio assombro. Um poema geológico. A beleza absoluta."

Miguel Torga

Mafalda Lopes Mendes

Vereadora da Ação Social

Ana Paula Barbosa Narciso

Chefe de Divisão da UOF de Desenvolvimento Social

Coordenação Técnica:

Ana Paula Barbosa Narciso

Equipa Técnica:

Marisa Teixeira

Cristiana Soares

Núcleo Executivo:

ISS, IP – Vila Real

Agrupamento de Escolas D. Sancho II

Representante das IPPS's

Representante Juntas de Freguesia

Representante da Saúde

Índice

1. Do Diagnóstico Social ao Plano de Desenvolvimento Social 6
2. Metodologia do Planeamento 7
3. Áreas identificadas no Diagnóstico Social 2021-2024 8
4. Objetivos Estratégicos que resultaram do Diagnóstico Social de Alijó 2021-2024 10
5. Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Alijó 2022-2024 11
6. Enquadramento Estratégico do PDS Alijó 11
7. Áreas prioritárias de intervenção do Plano de Desenvolvimento Social 2022-2024 12
7.1. Demografia e crescimento populacional 12
7.2. Emprego e Formação Profissional 14
7.3. Públicos-alvo: Crianças e jovens e idosos 16
7.4. Grupos vulneráveis 19
7.5. Síntese das Áreas Estratégicas de intervenção (AEI) 20
8. Plano de Desenvolvimento Social 2022-2024 21

Índice de Figuras

Figura 1: Etapas da Construção do Plano de Desenvolvimento Social 6
Figura 2: Metodologia do Planeamento 8
Figura 6: Áreas identificadas no Diagnóstico Social 9
Figura 3: Principais variações da população residente entre 2011 e 2021 – Censos 14
Figura 4: População ativa, população média empregada e população média inscrita no IEFP em 2020 14
Figura 5: Maiores empregadores do Município de Alijó 16

Índice de Quadros

Quadro 1: População residente total e por sexo - Censos 12
Quadro 2: População residente total e por grandes grupos etários - Censos 13
Quadro 3: Principais indicadores populacionais do concelho de Alijó 13
Quadro 4: Índices de dependência Censos 2011-2021 17
Quadro 5: Caraterização Processual da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alijó em 2020 17
Quadro 6: Sinalizações Comissão Municipal de Proteção do Idoso 2020 18
Quadro 7: Grupos de maior vulnerabilidade 19

Nota Prévia

O Plano de Desenvolvimento Social (PDS) de Alijó 2022-2024 é um compromisso estratégico a médio prazo, é um traçar de rota para a igualdade e bem-estar; um compromisso comum das organizações que na Rede Social de Alijó assumem a responsabilidade de, forma partilhada, trabalhar para um Município mais equitativo.

É fundamental considerar o PDS de Alijó 2022-2024 como um compromisso do Município para uma nova geração de políticas públicas assentes no serviço às pessoas.

A Rede Social do Concelho de Alijó tem vindo a congregar esforços, através da mobilização efetiva das entidades parceiras do Conselho Local de Ação Social (CLAS), de modo a promover respostas articuladas em múltiplas áreas do setor social, contribuindo de forma ativa para a dinamização e desenvolvimento social local.

Assente numa lógica de intervenção baseada no planeamento estratégico de intervenção social concelhia, cada vez mais articulado e participado, a Rede Social do Concelho de Alijó tem assumido, enquanto medida de política social local ativa, um papel preponderante na promoção do bem-estar da população, contribuindo:

- Para o desenvolvimento social local;
- Para a minimização de situações de pobreza e exclusão social;
- Para a eliminação da violência contra as mulheres;
- Para a igualdade de género e Igualdade de oportunidades;
- Para a consciencialização e corresponsabilização do Estado e da Sociedade Civil para as atuais problemáticas sociais;
- Para o desenvolvimento de culturas de parceria e de trabalho em rede e de responsabilidade social.

O PDS de Alijó 2022-2024 emerge assim, enquanto instrumento atualizado, dinâmico e relevante para a definição de prioridades e áreas estratégicas de intervenção ao nível local, tornando-se desta forma um dos principais instrumentos de planeamento estratégico ao nível concelhio.

O PDS de Alijó 2022-2024 pretende definir, de forma conjunta e negociada, prioridades e estratégias de intervenção para a contínua melhoria da atual realidade social concelhia, visando constituir-se como um estímulo ao desenvolvimento de um trabalho em parceria que objetive a minimização dos principais problemas sociais diagnosticados e reconhecidos no território.

O PDS de Alijó 2022-2024 foi concluído durante um período excecional de pandemia global – COVID-19, que veio agravar as condições socioeconómico do município com aumento do desemprego, com evidentes consequências na deterioração das condições de vida dos públicos mais vulneráveis; em paralelo, coincidindo com a implementação do PDS de Alijó, foi tomada a necessidade de estruturar o apoio à população idosa e de melhorar as condições de apoio aos grupos mais vulneráveis (desempregados, crianças, mulheres, minorias étnicas…).

É num quadro de grande complexidade social que o PDS surge, como um compromisso de resposta aos desafios atuais, mas que impulsiona com a sua visão estratégica um modelo de continuidade, de coesão e inovação territorial.

A elaboração deste documento contou com a colaboração do Núcleo Executivo do CLAS e com a participação das entidades que integram o CLAS aquando da realização das reuniões de trabalho para a atualização do Diagnóstico Social do Concelho de Alijó.

1. Do Diagnóstico Social ao Plano de Desenvolvimento Social

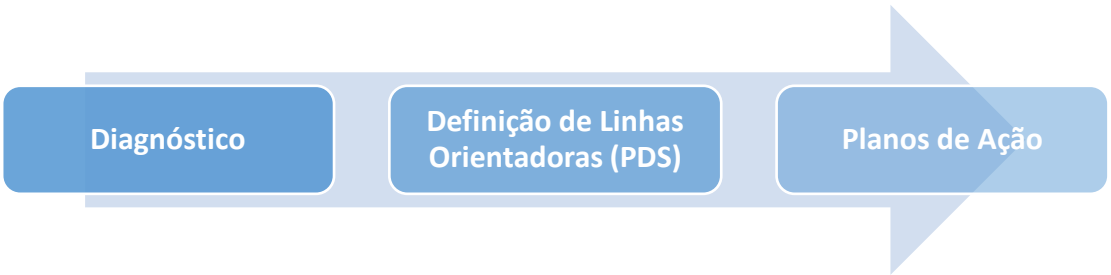
O Diagnóstico Social de um território perspetiva o ponto de partida basilar para a construção de um Plano de Desenvolvimento Social, que se pretende concertado, realista e coeso. Ambos os documentos estão em estreita harmonia e complementam-se.

Para a elaboração do Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Alijó 2021-2024 foram tidas em conta as orientações expressas em instrumentos de planeamento e de diagnóstico de âmbito nacional e regional, tais como: Plano Nacional de Prevenção e Combate à Violência Doméstica e de Género; Estratégia Nacional para a Deficiência; Estratégia Nacional para a Igualdade e a não descriminação – 2018-2030; Douro 2030 - Uma Estratégia para uma Década – Comunidade Intermunicipal do Douro (CIMDOURO); NORTE 3030- Estratégia de Desenvolvimento do Norte para Período de Programação 2021-27 da Políticas da União Europeia (CCDRN).

No que respeita a instrumentos de âmbito municipal, foram considerados as orientações estratégicas e as políticas subjacentes, assegurando a coerência, a articulação e a concertação de ações, tais como Plano Diretor Municipal, Carta Educativa Municipal, Estratégia Local de Habitação, Plano Municipal para a Igualdade de Género (em construção).

As reflexões que surgiram ao longo da elaboração do Diagnóstico Social, permitiram consolidar as bases para a definição intervenções consideradas prioritárias, com vista à elaboração do Plano de Desenvolvimento Social para o Concelho de Alijó.

Figura 1: Etapas da Construção do Plano de Desenvolvimento Social



Poder-se-á dizer que o PDS espelha a situação social desejável, numa vertente realista, incluindo a programação de objetivos e respetivas estratégicas para a sua implementação e alteração do retrato social.

- O Plano de Desenvolvimento Social

O Plano de Desenvolvimento Social é um instrumento de definição conjunta e negociada de objetivos prioritários para a promoção do Desenvolvimento Social Local. Tem em vista não só a produção de efeitos corretivos ao nível da redução da pobreza, do desemprego e da exclusão

social, mas também efeitos preventivos gerados através de ações da animação das comunidades e da indução de processos de mudança, com vista à melhoria das condições de vida das populações. Pode dizer-se que o Plano de Desenvolvimento Social traça o retrato de uma situação social desejável, mas também realista nos Concelhos e freguesias onde vai ser implementado, incluindo uma programação das etapas e das estratégias a desenvolver para alcançar essa situação. In Plano de Desenvolvimento Social – Programa Rede Social, Segurança Social

2. Metodologia do Planeamento

A Rede Social de Alijó assenta numa metodologia participativa e de planeamento estratégico, orientada por instrumentos de trabalho, dos quais, o Diagnóstico Social, o Plano de Desenvolvimento Social e o Plano de Ação.

A metodologia adotada no presente documento pretende incidir sob a definição de um conjunto de prioridades estabelecidas no trabalho da Rede Social de Alijó, assim como identificar as áreas prioritárias de intervenção estabelecidas em cada eixo de intervenção; verificar os recursos existentes no território de modo a fomentar uma rede equilibrada, dando respostas eficientes aos problemas sociais que vão surgindo; identificar os problemas sociais prioritários que possam ser alvo de intervenção.

Porém, pretende-se que a intervenção social abranja todo o território, promovendo uma atuação mais concertada e articulada, sendo necessário uma visão mais global de todo o território, tendo um conhecimento prévio face às suas principais fragilidades.

O PDS 2022-2024 é dinâmico e passível de eventuais ajustamentos, tornando-se flexível à aquisição de novas ações, metodologias e parcerias.

A operacionalização do PDS tem por base planos de ação e relatórios anuais.

Figura 2: Metodologia do Planeamento

3. Áreas identificadas no Diagnóstico Social 2021-2024

Decorrente do Diagnóstico Social do concelho de Alijó, o Núcleo Executivo do CLAS de Alijó analisou e discutiu os problemas identificados em cada uma das áreas temáticas:

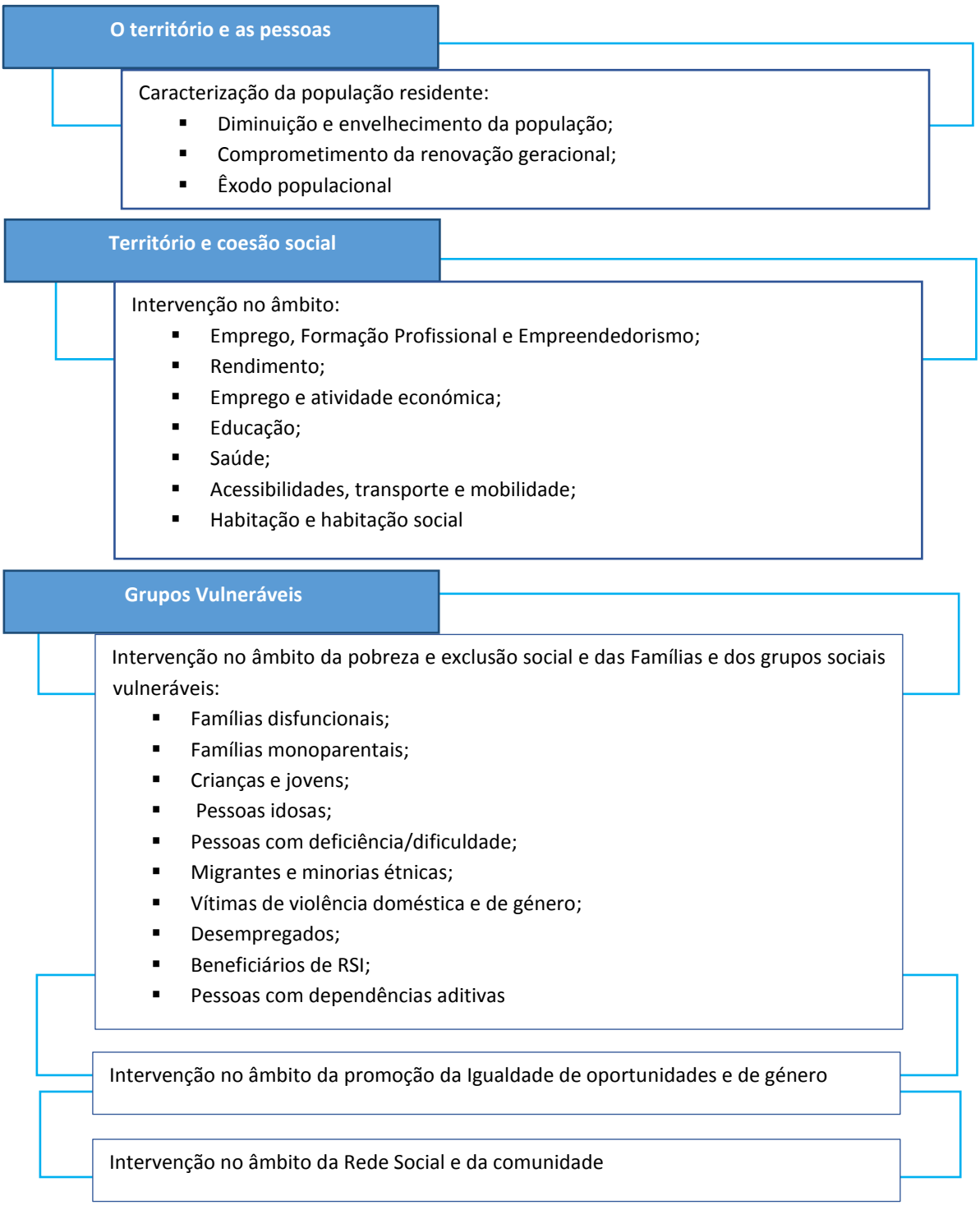
1. O território e as pessoas;
2. Território e coesão Social;
3. Grupos Vulneráveis - crianças e jovens; pessoas idosas; pessoas com deficiência/dificuldades; migrantes e minorias étnicas; famílias monoparentais; pobreza e exclusão social; desemprego; desigualdades de género e vítimas de violência doméstica e de género

Todos os problemas identificados são considerados como prioritários de intervenção. Esta opção recaiu sobretudo pelo impacto multidimensional e a longo prazo dos problemas identificados em cada área temática.

Assim sendo, e de acordo com os problemas e as realidades sociais retratadas no Diagnóstico Social e das orientações constantes nos instrumentos de planeamento e de diagnóstico de

âmbito nacional, regional e municipal, já mencionados no presente documento foram definidas áreas de intervenção:

Figura 3: Áreas identificadas no Diagnóstico Social



De salientar que as áreas de intervenção supramencionadas integram diversa áreas temáticas e respetivos problemas identificados no Diagnóstico Social do Concelho de Alijó, sendo evidente a existência de uma relação bidirecional entre as diferentes áreas de intervenção.

4. Objetivos Estratégicos que resultaram do Diagnóstico Social de Alijó 2021-2024

- Contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e em específico das pessoas de estratos sociais desfavorecidos ou em situação de vulnerabilidade social (crianças, idosos, pessoas portadoras de deficiência, desempregados, minorias étnicas);
- Promover a cooperação institucional através da criação de meios e instrumentos facilitadores do desenvolvimento e do bem-estar social do concelho;
- Simplificar e normalizar procedimentos com vista a uma aproximação às práticas de gestão pela qualidade atualmente em curso no Município;
- Desenvolver projetos, medidas de combate à violência domestica e de género e de combate à exclusão social proporcionando a todas as pessoas as mesmas condições e dignidade e conforto rentabilizando os recursos do território e todas as suas sinergias;
- Reforçar, adaptar, requalificar e inovar as respostas sociais dirigidas às crianças, pessoas idosas, pessoas com deficiência ou incapacidades e famílias, tendo em vista a promoção da natalidade, do envelhecimento ativo e saudável, da inclusão e promoção da autonomia e da conciliação entre atividade profissional e a vida pessoal e familiar e a coesão social e territorial;
- Habitação para todos, através do reforço do parque habitacional público e da reabilitação das habitações indignas das famílias de menores rendimentos, por forma a promover um acesso generalizado a condições de habitação adequadas;
- Valorizar as artes, o património e a cultura enquanto elementos de afirmação da identidade, da coesão social e territorial e do aumento da competitividade económica, através do desenvolvimento de atividades de âmbito cultural e social;
- Aumentar a capacidade de resposta do sistema educativo e formativo, Combater as desigualdades sociais e de género, aumentar a resiliência do emprego;
- Eliminação de barreiras arquitetónicas no edificado público e privado. Melhoria da oferta de transporte público concelhio;
- Valorização dos produtos endógenos, maior captação de investimento privado.

5. Plano de Desenvolvimento Social do Concelho de Alijó 2022-2024

O PDS que se apresenta reportar-se-á ao triénio de 2022-2024. Em cada ano de vigência do PDS será elaborado um Plano de Ação com vista a acompanhar o processo de execução, sendo monitorizado e avaliado com vista à reformulação das ações, promovendo deste modo um desenvolvimento social coeso.

Durante a elaboração do presente documento são realçados diversos projetos/medidas/iniciativas/programas, que através da sua continuidade, reforço e criação são considerados importantes para o desenvolvimento social do Concelho de Alijó, alguns dos quais transversais a todos os eixos de intervenção considerados prioritários, destacando-se os seguintes:

- Comissão Municipal para Proteção ao Idoso de Alijó;
- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alijó;
- Programa ABEM: Rede Solidária do Medicamento para reforço da coesão e inclusão social;
- Balcão de Inclusão;
- Gabinete de Inserção Profissional – GIP;
- Estratégia Local de Habitação|| 1º Direito - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação;
- Plano integrado e inovador de combate ao insucesso escolar - *PIICIE Alijó* Educa + ;
- Contratos Locais de Desenvolvimento Social - CLDS 4G;
- Gabinete de Apoio à Vítima – EMAV Douro;
- Programas a fundos.

Seguidamente desenvolve-se, de acordo com Enquadramento Estratégico, as Áreas Estratégicas de Intervenção.

6. Enquadramento Estratégico do PDS Alijó

Neste capítulo do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) procurar-se-á fazer o seu enquadramento a partir das reflexões recolhidas no Diagnóstico Social (DS) mas, por outro lado, serão tidas em consideração as orientações relevantes que decorrem dos Planos sectoriais de âmbito nacional e de outros documentos em vigor ao nível local, regional ou nacional. Será a partir deste quadro que se definirão a visão e as grandes finalidades do PDS para os próximos anos.

O PDS Alijó 2022-2024 estrutura toda uma perspetiva estratégica que procura definir e sustentar as políticas e as práticas nos domínios do desenvolvimento, inclusão e coesão social no Município de Alijó, em particular aquelas que mais diretamente são assumidas pelas entidades integrantes da Rede Social de Alijó.

7. Áreas prioritárias de intervenção do Plano de Desenvolvimento Social 2022-2024

O Diagnóstico Social de Alijó revelou várias problemáticas a serem intervencionadas através de um planeamento concertado e focalizado. A intervenção incidirá em áreas prioritárias e grupos populacionais específicos e grupos vulneráveis com necessidade de intervenção.

7.1. Demografia e crescimento populacional

A composição demográfica do concelho de Alijó reflete a realidade contemporânea que caracteriza a região interior do país, nomeadamente o elevado índice de envelhecimento, perda da população residente e, consequentemente, a baixa densidade populacional.

Quadro 1: População residente total e por sexo - Censos

Concelho	Área Km²	População Residente 2011			População Residente 2021*		
		Total			Total		
Alijó	297,60	11 942	5 772	6170	10 486	5 116	5 370

Fonte: INE|| PORDATA Elaboração própria||* Dados provisórios

Ao longo dos anos têm-se vindo a assistir á diminuição da população residente, sobretudo a que está em idade ativa (dos 15 aos 64 anos). Apesar das políticas que se têm vindo a estabelecer não foi ainda possível reverter o êxodo da população mais jovem, no entanto, com o promissor desenvolvimento do turismo na região a curva tem vindo a estabilizar garantindo empregos e a fixação dos jovens.

Quadro 2: População residente total e por grandes grupos etários - Censos

TOTAL		0-14 Anos		15-64 Anos		64 OU MAIS anos	
2011	2021*	2011	2021*	2011	2021*	2011	2021*
11 942	10 486	1 346	957	7241	6 076	3 355	3 453

Fonte: INE||PORDATA Elaboração própria||*Dados provisórios

Pela observação dos dados supra é possível aferir que a renovação geracional está comprometida. Não só pela baixa natalidade mas pela saída dos jovens em idade ativa para outros centros. Fenómeno inverso em relação aos mais velhos, que após a reforma retornam às aldeias e vilas do concelho.

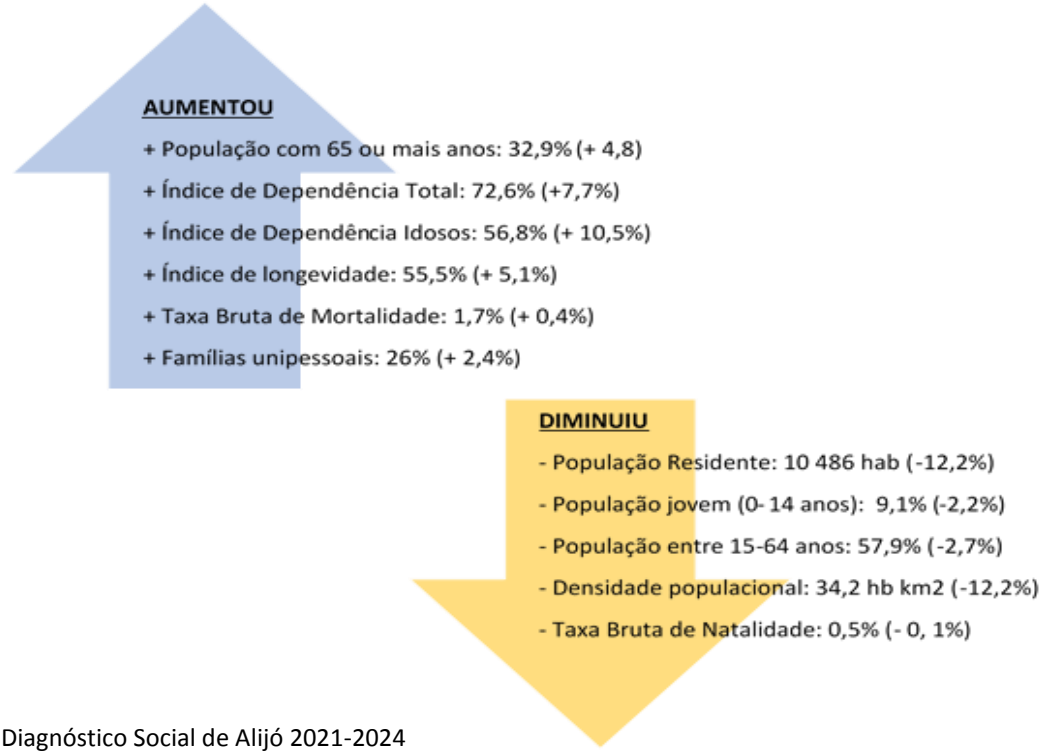
Quadro 3: Principais indicadores populacionais do concelho de Alijó

	Alijó	
	2011	**2021***
População residente	11 942	10 486
Taxa de crescimento médio anual	-1,8%	-1,3%
Superfície em km2	297,6	297,6
Densidade populacional Nº médio de indivíduos por km^2	40,1	35,2
Jovens (%) Menos de 15 anos	11,27	9,1
População em idade ativa (%) Dos 15 aos 64 anos	60,6	57,9
Idosos (%) 65 e mais anos	28,2	32,9
Índice de envelhecimento Idosos por cada 100 jovens	249,3	360,8

Fonte: INE||PORDATA Elaboração própria||*Dados provisórios

Observando os indicadores apresentados no quadro acima é possível constatar a diminuição de jovens e ao aumento da população mais velha. Esta situação deve-se não só pela fraca taxa de natalidade que o concelho apresenta mas também pela saída dos jovens do concelho que procuram novas oportunidades fora do território.

Figura 4: Principais variações da população residente entre 2011 e 2021 – Censos

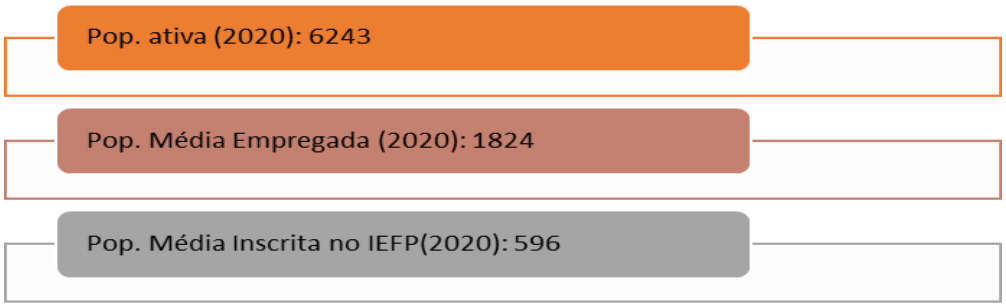


Fonte: Diagnóstico Social de Alijó 2021-2024

7.2. Emprego e Formação Profissional

O acesso ao emprego é um dos fatores para a inclusão, integração e inserção da pessoa na sociedade, sendo um aspeto fundamental para o bem-estar da pessoal. O emprego e o acesso ao mesmo além de ser um direito fundamental e universal que assiste a todos/as, são também indicadores da estabilidade de uma sociedade.

Figura 5: População ativa, população média empregada e população média inscrita no IEFP em 2020



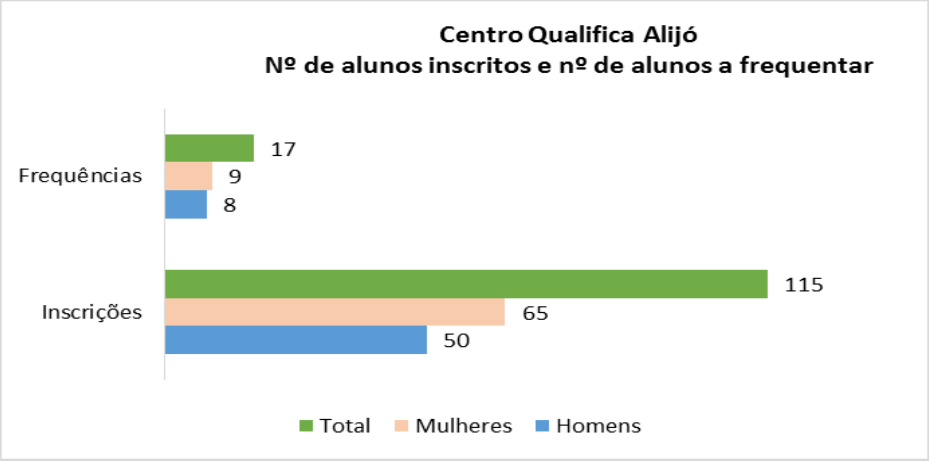
Fonte: Diagnóstico Social de Alijó 2021-2024 || PORDATA

Pela análise da figura pode-se depreender que o valor médio de empregados e o valor médio de desempregados ficam muito aquém do nº de pessoas ativas no concelho. A discrepância entre os números poderá estar associada a trabalhos precários sem contrato ou com contratos de pouca duração. Estes dados refletem as cifras negras da contratação precária vigente no concelho, remetendo a população ativa para situações de pouca estabilidade e dificuldades de progressão.

Esta contratação precária poderá estar intimamente relacionada com a formação e qualificação do trabalhador, pelo que o investimento nessa área é de mais-valia para o trabalhador e para o empregador.

Atualmente existe no município o Centro Qualifica, a funcionar no Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó e que cobre o concelho de Alijó, Murça, Sabrosa e Carrazeda de Ansiães. Esta resposta é de mais-valia para a qualificação de adultos, permitindo-lhes um aumento da mesma, que se poderá traduzir em melhores condições contratuais e laborais.

Gráfico 1: Nº de inscritos e nº de frequentadores do Centro Qualifica de Alijó, por sexo em 2020



Fonte: Diagnóstico Social de Alijó 2021-2024 || Agrupamento de Escolas D. Sancho II de Alijó

Um dos motivos da diferença entre pessoas inscritas e pessoas a frequentar poderá estar relacionada com a dificuldade em conciliar horários.

A par da qualificação através do Centro Qualifica importa também referir que a Câmara Municipal de Alijó em parceria com empresas de formação tem vindo a promover formação

aos/às colaboradores/as das IPSS. Esta aposta na formação do 3º setor é de maior importância uma vez que estas entidades são o 3º maior empregador no concelho.

Figura 6: Maiores empregadores do Município de Alijó

Fonte: Diagnóstico Social de Alijó 2021-2024 ||PORDATA

7.3. Públicos-alvo: Crianças e jovens e idosos

As crianças e jovens, bem como os idosos são duas franjas da população que demonstram necessidade de intervenção permanente por forma a garantir os seus direitos e integridade de forma plena.

O município de Alijó é um território de população idosa, 32,9% da população residente tem 65 ou mais anos, pelo que há necessidade de criar e promover respostas que garantam o bem-estar desta população. O investimento nas respostas sociais de apoio à população idosa é prioritário e uma necessidade, bem como o investimento em medidas de envelhecimento saudável e ativo e em respostas que garantam a plena garantia dos diretos dos mais velhos.

Relativamente às crianças e jovens residentes no concelho (cerca de 13,5% da população residente entre os 0-19 anos), esta franja da população tem vindo a diminuir, pelo que há necessidade de intervir na promoção da natalidade e na fixação dos jovens no território. A par destas medidas é necessário também garantir a qualidade de vida e bem-estar das crianças e jovens, promovendo medidas e políticas de proteção e de garantia plena da satisfação dos seus direitos.

Estes dois públicos-alvo são identificados no diagnóstico social de Alijó como prioritários uma vez que são os que necessitam de maior acompanhamento e se encontram numa situação de maior fragilidade já que são considerados os grupos que têm determinada dependência de outros.

Quadro 4: Índices de dependência Censos 2011-2021

Índices de dependência %	2011	2021
Índice de dependência total	64,9	72,6
Índice de dependência idosos	46,3	56,8
Índice dependência jovens	18,6	15,8
Índice envelhecimento (nº de idosos por 100 jovens)	249,3	360,8

Fonte: Diagnóstico Social de Alijó 2021-2024 ||PORDATA

Pela leitura do quadro depreende-se que a maior percentagem da população residente no concelho é dependente, sendo que a percentagem maior incide sobre a população entre os 65 e mais anos.

- Comissão de proteção de Crianças e Jovens de Alijó

As Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) são instituições oficiais não judiciárias com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem e prevenir ou pôr termo a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

Quadro 5: Caraterização Processual da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Alijó em 2020

Entrada de Processos		**Saída de Processos**	
Transitados do ano 2019	76	Arquivados em fase preliminar	0
Instaurados:	25	Arquivados em fase pós-preliminar	46
Novos processos	25	Enviados para outras CPCJ's	0
Recebidos de outras CPCJ's	0		
Reabertos	13		
Total Entradas	114	Total de Saídas	46
Total de Processos Ativos		68	

Fonte: Diagnóstico Social de Alijó 2021-2024 || CPCJ Alijó

O volume processual do concelho é significativo quando estas sinalizações estão intimamente relacionadas com outras problemáticas identificadas, tais como violência doméstica, negligência parental e absentismo escolar.

- Comissão Municipal de Proteção do Idoso de Alijó

A Comissão Municipal de Proteção do Idoso de Alijó (CMPIA) é uma equipa de trabalho multidisciplinar criada em 2019, que visa promover os direitos do idoso e prevenir ou responder a situações suscetíveis de afetar a segurança, saúde ou bem-estar da população idosa do concelho de Alijó. Ao contrário das CPCJ esta Comissão não tem regime jurídico pelo que depende dos esforços dos elementos que a constituem.

Desde a sua implementação que esta comissão tem vindo a acompanhar, apoiar e encaminhar idosos sinalizados como vítimas de violência ou que se encontram em situações de vulnerabilidade (económica, habitacional, social…), tornando-se numa medida fundamental para a qualidade de vida das pessoas mais velhas.

Quadro 6: Sinalizações Comissão Municipal de Proteção do Idoso 2020

Entrada de Processos		**Saída de Processos**		**Sexo**		**Idade**		
Transitados do ano 2019	24	Arquivados em fase preliminar	0	**F**	**M**	**65-70**	**71-80**	**81+**
Instaurados	0	Arquivados em fase pós-preliminar	12	24	17	8	7	26
Novos processos	17	Enviados para outras entidades	0					
Recebidos de outras entidades	0							
Reabertos	0							
Total Entradas	**41**	**Total de Saídas**	**12**	**41**		**41**		
Total de Processos ativos = 29								

Fonte: Diagnóstico Social de Alijó 2021-2024 ||CMPIA

De notar que são as pessoas com mais idade as que mais sinalizadas e referenciadas estão nesta comissão, acabando também por ser esse grupo etário que mais preocupação suscita.

7.4. Grupos vulneráveis

No Diagnóstico Social foram identificados grupos de maior vulnerabilidade que se tornam prioritários na intervenção.

Quadro 7: Grupos de maior vulnerabilidade

Grupos vulneráveis	2020
Nº Beneficiários RSI	379
% de População a receber RSI	4,0%
Nº de Beneficiários de Subsídio Desemprego	123
% de População residente a receber Subsídio de Desemprego	1,3%
Nº de Beneficiários Subsídio Social de Desemprego	32
% de População residente a receber Subsídio Social de Desemprego	0,3%
Agregados de Etnia Cigana a residir	19
Nº de indivíduos de Etnia Cigana	57
Nº de indivíduos com estatuto de residência	96
Pessoas com 5 ou + dificuldades (com 15 ou +anos)	453
Nº de vítimas de violência doméstica	36

Fonte: Diagnóstico Social de Alijó 2021-2024 ||PORDATA

Além dos elencados na tabela foram ainda reconhecidos grupos com comportamentos aditivos e famílias em situação de vulnerabilidade.

É reconhecido que a dependência de substâncias aditivas e as dependências sem substâncias (jogo p. ex) são fatores de exclusão social. No seio deste grupo, verificam-se regularidades conducentes à situação de pobreza e exclusão social, tais como: baixos níveis de escolaridade, taxas de desemprego muito elevadas, precariedade no mercado de trabalho e instabilidade profissional, ruturas sociofamiliares, ausência de regras e rotinas, automarginalização e problemas de saúde graves.

No que diz respeito às **famílias monoparentais**, este é um grupo em risco de pobreza e exclusão social, uma vez que, estão entre os grupos financeiramente mais vulneráveis da sociedade. Esta condição deve-se ao facto da existência de um só salário para sustento do agregado, em que muitas vezes o valor do rendimento é insuficiente para o sustento familiar.

Ao nível da exclusão das **famílias residentes em habitação precária** a mesma está intimamente relacionada com a precariedade económica. A pobreza associada ao desemprego, os baixos rendimentos, o acesso ao arrendamento e habitação própria, o parque habitacional envelhecido são fatores que levam à situação de exclusão.

Através do PDS e do Plano de Ação é pretensão criar, implementar e promover medidas e respostas que permitam uma intervenção eficaz junto destes grupos mais vulneráveis.

7.5. Síntese das Áreas Estratégicas de intervenção (AEI)

Decorrente da recente análise dos problemas sociais do concelho de Alijó, nas várias vertentes demográficas, geográficas, económicas e sociais, bem como os resultados obtidos nas dinâmicas desenvolvidas com os parceiros locais, resulta a re-definição das áreas estratégicas de intervenção que congregam as medidas a inscrever no plano de desenvolvimento social:

Áreas Estratégicas de Intervenção	Nº OG	Nº OE	Nº M
AEI 01: Demografia	1	2	2
AEI 02: Promoção da Empregabilidade	7	14	24
AEI 03: Intervenção em públicos-alvo: Crianças e Jovens	4	6	15
AEI 03: Intervenção em públicos-alvo: Pessoas Idosas	5	9	23
AEI 04: Intervenção em domínios de maior vulnerabilidade: Violência Doméstica e de Género	2	5	10
AEI 04: Intervenção em domínios de maior vulnerabilidade: Deficiência	2	6	15
AEI 04: Intervenção em domínios de maior vulnerabilidade: Migrantes e minorias étnicas	2	2	6
AEI 04: Intervenção em domínios de maior vulnerabilidade: Famílias	2	4	10
AEI 04: Intervenção em domínios de maior vulnerabilidade: Comportamentos aditivos e dependências (CAD)	3	3	7
AEI 05: Reforço e Territorialização da Rede Social de Alijó	6	6	13

8. Plano de Desenvolvimento Social 2022-2024

AEI 01 – Demografia

Objetivo Geral	Objetivo Específico	> Medidas
FINALIDADE: Reverter o processo demográfico de diminuição da população		
Criar condições de atração e fixação de pessoas	Implementação de estratégias/políticas que melhorem as condições para as famílias	> Criação e implementação de apoio à família (apoio à natalidade, creches gratuitas, redução de taxas e licenças municipais a agregados numerosos…)
	Assegurar uma rede de serviços de interesse geral mais equilibrada e ajustada ao tecido social	> Garantir o acesso e acessibilidade aos serviços, criando dinâmicas e maior proximidade, promovendo a inclusão social e o empreendedorismo social.

AEI 02: Promoção da Empregabilidade

Objetivo Geral	Objetivo Específico	> Medidas
FINALIDADE: Promover o empreendedorismo e o investimento		
Captação de investimento/empreendedorismo para o concelho	Participação em eventos de promoção do território e potencialidades de investimento	> Promover as potencialidades do território e dos produtos
	Divulgação dos produtos locais a nível nacional e internacional	> Organizar, divulgar e dinamizar eventos que visem a promoção dos produtos endógenos
	Captar investimentos geradores de múltiplas sinergias	> Benefícios fiscais para quem investe no concelho; > Isenção de taxas e licenças durante os dois primeiros anos de atividade; > Promoção da qualidade de vida para atrair quadros qualificados indispensáveis à competitividade e à criação de emprego
FINALIDADE: Reforçar e ajustar competências das pessoas ao mercado de trabalho		
Reforçar as competências pessoais e sociais facilitadoras da inserção no mercado de trabalho	Valorizar as competências pessoais, centradas no indivíduos e nas experiências de vida, estruturando-as, antes de qualquer intervenção qualificante ou inserção direta no mercado de trabalho	> Promover o desenvolvimento de ações conducentes à valorização das competências pessoais e sociais junto dos indivíduos e das instituições; > Encaminhamento para a aquisição de mais qualificação e reconhecimento do conhecimento (Centro Qualifica)
	Aumentar o acompanhamento especializado na procura de emprego	> Acompanhamento individualizado na construção/elaboração de currículos; > Orientação para a procura ativa de emprego
Potenciar e valorizar o perfil de competências profissionais	Promover projetos locais de capitalização de competências não formais	> Dinamizar mercados/feiras municipais com participação de artesão desempregados; > Organização de oficinas temáticas
	Reforço do acompanhamento individualizado dos processos de requalificação e da inserção no mercado de trabalho	> Rentabilizar as equipas de intervenção de apoio à empregabilidade
FINALIDADE: Incrementar a capacidade de resposta local		
Contribuir para o desenvolvimento da economia local	Potenciar os recursos endógenos tornando-os polos de atração e investimento	> Sensibilizar para as potencialidades do território e dos produtos endógenos – organização de eventos de promoção
	Desenvolver iniciativas de apoio aos empreendedores	> Criação de incubadora empresarial; > Orientar/ disponibilizar informação sobre incentivos e instrumentos de financiamento destinados a empresas e empreendedores

Objetivo Geral	Objetivo Específico	> Medidas
	Promover a realização de ações locais de divulgação de ofertas de emprego	> Apoiar a divulgação das redes locais/grupos de empregabilidade junto do tecido empresarial e sensibilizar os mesmos para a divulgação dos perfis e ofertas de trabalho nos gabinetes locais de apoio ao emprego; > Apoiar a realização de feiras locais e outras plataformas de emprego em articulação com as entidades de empregabilidade
FINALIDADE: Diminuição do desemprego e de empregos precários		
Reforçar as competências dos gabinetes de apoio à empregabilidade	Promover a realização de ações de divulgação de ofertas de emprego	> Apoiar a divulgação de currículos junto do tecido empresarial e sensibilizar estes para a divulgação dos perfis e ofertas de trabalho; > Apoiar a realização de feiras e outras plataformas de emprego em articulação com as entidades de empregabilidade
	Incrementação de medidas de acompanhamento individualizado e especializado	> Acompanhamento e orientação na criação do próprio emprego; > Reforço do acompanhamento na procura ativa de emprego
Aumentar a formação e a qualificação dos/as colaboradores/as do 3º setor	Dotar os/as colaboradores/as do 3º setor de formação adequada à função	> Ações de formação/qualificação orientadas para o aumento das qualificações dos/as colaboradores/as do 3º setor;
Sensibilizar o tecido empresarial e laboral para a igualdade de salários entre mulheres e homens	Promover a Igualdade de género	> Realização de ações de sensibilização sobre a disparidade salarial e de género; > Implementação do Plano Municipal para a Igualdade de género

AEI 03: Intervenção em públicos-alvo – Crianças e Jovens

Objetivo Geral	Objetivo Específico	> Medidas
FINALIDADE: Promover o bem-estar e o desenvolvimento socioeducativo das crianças e jovens através das políticas direcionadas para a infância e juventude		
Consolidar uma intervenção integrada	Melhorar e alargar a intervenção na área das competências parentais	> Implementar um programa integrado de desenvolvimento de competências parentais; > Otimizar/reforçar as respostas já existentes, identificadas como boas práticas
	Reforçar e ampliar programas e projetos de desenvolvimento de competências pessoais e sociais das crianças e jovens	> Implementar localmente planos interinstitucionais de prevenção de comportamentos de risco junto a crianças e jovens; > Desenvolver Projetos de prevenção da violência e combate ao bullying; > Educar/formar para a igualdade de género.
Promover a salvaguarda dos Direitos das Crianças	Promover a adoção de práticas promotoras da efetivação dos direitos das crianças	> Realização de ações de sensibilização para os direitos da criança; > Acesso às respostas sociais de infância e juventude de forma igualitária; > Promover a participação ativa dos jovens na política local; > Promoção da qualidade de vida e inclusão social das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade; > Realização de cursos de treino de competências sociais.
Incrementar e valorizar as respostas em contextos não formais	Diversificar abordagens e metodologias através da participação de crianças, jovens famílias	> Identificar e divulgar boas práticas; > Realizar projetos locais no terreno que privilegiem: - Abordagens intergeracionais; - Desenvolvimento de projetos e ações de voluntariado com a participação de jovens
FINALIDADE: Prevenir e combater comportamentos desviantes das crianças e jovens e as suas implicações		
Educar para a prevenção	Promover a adoção de boas práticas de combate a comportamentos desviantes e/ou de risco	> Realização de workshops sobres as várias temáticas; > Promoção de ações de prevenção de consumo de substâncias aditivas
	Desenvolver/potenciar programas e/ou projetos de âmbito concelhio para a prevenção do absentismo escolar	> Apresentação de candidaturas a programas nacionais;

AEI 03: Intervenção em públicos-alvo – Pessoas Idosas

Objetivo Geral	Objetivo Específico	> Medidas
FINALIDADE: Promover a qualidade de vida e autonomia das pessoas idosas		
Prevenir e combater o isolamento social	Promover a autonomia e a inclusão social das pessoas idosas nas comunidades	> Reforçar e alargar os mecanismos de sinalização avaliação, encaminhamento e acompanhamento de idosos em situação de vulnerabilidade e isolamento; > Identificar e reforçar respostas facilitadoras da mobilidade e deslocação da pessoa idosa; > Implementar a organização do voluntariado de apoio a idosos isolados
Valorizar as competências das pessoas idosas	Potenciar a longevidade das pessoas idosas com competências sociais reforçadas	> Divulgar as oportunidades ocupacionais e de desenvolvimento pessoal dos seniores
	Fomentar o envelhecimento ativo e a participação cívica dos idosos	> Desenvolver projetos locais, envolvendo os idosos como produtores de conhecimento e mais-valias nas artes e na cultura; > Identificar, divulgar e replicar práticas inovadoras de envelhecimento ativo saudável; > Incentivar o voluntariado, o movimento associativo e a participação cívica das pessoas idosas
FINALIDADE: Requalificar, inovar e diversificar as respostas e serviços para a população idosa		
Adequar e redimensionar as respostas para idosos	Promover respostas adequadas aos interesses e necessidades dos idosos	> Criar, dinamizar serviços dirigidos às pessoas idosas (tempos livres, apoio social, tecnologia de informação…); > Rentabilizar os bancos de produtos de apoio já existentes para apoio temporários com o envolvimento de todos os parceiros; > Criação do Centro de Recursos Municipais;
Promover respostas locais de apoio à pessoa idosa	Reforçar as competências técnicas para a intervenção	> Desenvolver ações de formação e qualificação de profissionais na área da gerontologia (em particular na área da demência); > Desenvolver ações de formação para os/as colaboradores/as das IPSS, famílias de acolhimento e cuidadores/as informais; > Promover o voluntariado para apoio e acompanhamento de pessoas idosas em situação de isolamento.
	Apoiar o desenvolvimento de respostas de proximidade para a pessoa idosa	> Apoiar/reforçar a criação de respostas de pequenos arranjos e reparações domésticas para melhoria das condições de habitabilidade dos idosos; > Implementar respostas integradas de apoio e acompanhamento da população idosa

Objetivo Geral	Objetivo Específico	> Medidas
	Adaptação das estruturas e serviços de modo a que estes incluam e sejam acessíveis a pessoas mais velhas com diferentes necessidades e capacidades	> Eliminação de barreira arquitetónicas; > Acesso pleno à utilização de transportes públicos; > Incentivar a participação cívica da pessoa idosa nos processos de elaboração de políticas e medidas com impacto no envelhecimento saudável e ativo
	Reforçar a rede de apoio de respostas sociais de ERPI, SAD e CD	> Aumentar o nº de lugares da resposta social SAD e CD; > Construção/ampliação de equipamentos de resposta social ERPI; > Criação de respostas inovadoras de apoio e acompanhamento a pessoas idosas
FINALIDADE: Prevenir e intervir em situações de violência contra pessoas idosas		
Promover e salvaguardar os diretos da pessoa idosa	Promover a adoção de práticas promotoras da efetivação dos direitos dos idosos	> Fortalecer/reforçar a intervenção da Comissão Municipal de Proteção do Idoso; > Promover ações de sensibilização na área da violência contra a pessoa idosa dirigidas aos técnicos das instituições de cariz social, cuidadores formais e informais e comunidade em geral

AEI 04: Intervenção em domínios de maior vulnerabilidade – Violência Doméstica e de Género

Objetivo Geral	Objetivo Específico	> Medidas
FINALIDADE: Promover a prevenção, proteção e (re)inserção das vítimas de violência doméstica		
Reforçar as respostas e promover políticas articuladas de intervenção	Fortalecer a rede de prevenção e combate à violência doméstica	> Elaborar Guia Municipal de Recursos; > Reforçar parcerias com entidades de combate à violência doméstica; > Promover ações de sensibilização na área da violência doméstica; > Promover ações para o empoderamento feminino e para a igualdade
	Criar novas respostas de intervenção	> Criar um espaço de Alojamento de Emergência para vítimas de violência doméstica com ou sem filhos
FINALIDADE: Promover a diferenciação de género		
Capacitar a comunidade sobre a temática de igualdade de género	Criar uma rede especializada de intervenção na área da Igualdade de Género	> Implementação e divulgação do Plano Municipal para a Igualdade e Não discriminação; > Realizar cursos de formação certificados para a Igualdade de Género
	Difundir valores de igualdade, de cidadania e da cultura de não-violência de forma a minorar estereótipos de género	> Promover ações de sensibilização para a diferenciação de género; > Promover na comunidade escolar ações dirigidas de forma a "Educar para a diferença"
	Promover práticas de conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar	> Sensibilizar as famílias e os agentes económico para a conciliação entre a vida familiar e a vida profissional, promovendo a igualdade e a partilha de tarefas entre géneros

AEI 04: Intervenção em domínios de maior vulnerabilidade – Deficiência

Objetivo Geral	Objetivo Específico	> Medidas
FINALIDADE: Promover a qualidade de vida e integração da pessoa com deficiência		
Promover a autonomia e a vida independente	Contribuir para a inclusão social ativa, promovendo a vida independente	> Realizar ações de sensibilização para a população e agentes económicos de forma a promover a participação, autonomia e vida ativa da pessoa com deficiência
	Promover a participação no mercado de trabalho	> Promover a divulgação junto das empresas de medidas de apoio ao emprego; > Articular com empresas/instituições /associações para a criação de postos de trabalho, identificando pessoas deficientes com perfil adequado
	Desenvolver projetos de melhoria de acessibilidade e mobilidade	> Realizar projetos de melhoria da acessibilidade aos equipamentos sociais; > Eliminação de barreiras arquitetónicas; > Adaptação dos transportes públicos para fácil acesso
	Promover o acesso à educação inclusiva	> Formar técnicos sobre estratégias de intervenção dirigidas a crianças e jovens com necessidades educativas especiais; > Alargar a oferta de ações de educação não formal que incluam crianças e jovens com necessidades educativas especiais
Diversificar as respostas e promover a articulação da intervenção	Inovar e reforçar as respostas existentes	> Reforçar a necessidade de aumento de vagas na resposta social Lar Residência; > Divulgar e dinamizar o Balcão de Inclusão; > Dinamizar uma estratégia de qualificação e/ou capacitação pessoal para cuidadores informais, focada na aquisição e/ou na atualização de competências facilitadoras da sua função; > Promover ações de sensibilização para a comunidade
	Criar novas respostas sociais de apoio	> Necessidade de criação de CACI > Criar projetos de ocupação de tempos livres e programas de férias escolares; > Criação de Guia de Recursos Municipal

AEI 04: Intervenção em domínios de maior vulnerabilidade – Migrantes e Minorias Étnicas

Objetivo Geral	Objetivo Específico	> Medidas
FINALIDADE: Promover a integração da população migrante e das minorias étnicas		
Potenciar uma atuação concertada promotora de inclusão	Melhoria das condições de vida, integração social e proteção social	> Promoção de estratégia articulada entre as diferentes entidades de inclusão social de forma a promover a capacitação para a cidadania; > Implementação de projetos de mediação cultural; > Divulgar/dinamizar a atuação do GAE (Gabinete de Apoio ao Emigrante); > Criação de currículos escolares alternativos; > Realização de ações de sensibilização sobre a multiculturalidade
FINALIDADE: Promoção e valorização dos saberes como forma de inclusão e emprego		
Promoção do saber fazer como forma de ocupação laboral	Valorização da cultura e do conhecimento	> Oficinas de amostragem de ofícios (ex. cestaria)

AEI 04: Intervenção em domínios de maior vulnerabilidade – Famílias

Objetivo Geral	Objetivo Específico	> Medidas
FINALIDADE: Desenvolver e qualificar o sistema de respostas e medidas para a melhoria das condições de vida das famílias vulneráveis		
Consolidar uma intervenção integrada	Promoção das competências pessoais, sociais e relacionais	> Realização de ações de formação, informação, sensibilização e consciencialização sobre temáticas como: violência doméstica, gestão doméstica, competências parentais, comportamentos aditivos, entre outras; > Constituição de equipa de formação local
	Dinamização da integração física e social através da adequação de soluções habitacionais	> Apoiar o acesso à habitação das famílias em situação de carência habitacional; > Executar a Estratégia Local de Habitação – 1º Direito; > Apoiar as famílias ao nível da Habitação Degradada
	Promover o combate à pobreza e exclusão social das famílias de forma a mitigar as suas dificuldades	> Criação de Centro de Recursos Municipal; > Encaminhar e acompanhar as famílias para medidas de apoio social; > Aumentar e melhorar o apoio às famílias no contexto escolar; > Criar formas de apoio às famílias para a promoção da frequência de creche
FINALIDADE: Precaver a proteção e apoio das famílias em situação de emergência		
Apoiar as famílias em situação de urgência e/ou calamidade	Criação de novas respostas	> Criação de alojamento urgente temporário

AEI 04: Intervenção em domínios de maior vulnerabilidade – Comportamentos aditivos e dependências (CAD)

Objetivo Geral	Objetivo Específico	> Medidas
FINALIDADE: Prevenir, reduzir riscos, minimizar danos e reinserir pessoas com comportamentos aditivos		
Diversificar respostas e promover a articulação das políticas	Reforçar a intervenção preventiva em comportamentos aditivos no contexto escolar e comunitário	> Capacitar um maior nº de técnicos para a sinalização, abordagem e eventual encaminhamento para projetos de prevenção; > Promover ações de sensibilização; > Desenvolver intervenções ao nível das dependências sem substâncias (jogo, infodependência); > Elaboração de Guia de Recursos Municipal
Avaliar e qualificar a intervenção	Qualificar e promover a avaliação do impacto das intervenções	> Alargar a oferta formativa sobre CAD's para diferentes grupos profissionais; > Articulação entre as entidades concelhias com respostas vocacionadas para a prevenção de comportamentos de risco
Promover a intervenção	Reforçar as respostas existentes	> Dinamizar/reabilitar a resposta descentralizada de CRI no concelho

AEI 05: Reforço e Territorialização da Rede Social de Alijó

Objetivo Geral	Objetivo Específico	> Medidas
FINALIDADE: Dinamizar e potenciar o funcionamento da Rede Social		
Qualificar a Rede Social	Capacitar nas áreas de metodologia de projeto, gestão e dinamização de parcerias	> Realizar ações de formação/qualificação de acordo com áreas de intervenção do PDS; > Planeamento de medidas e/ou políticas para a sustentação fundamentada de intervenções
Dinamizar o funcionamento de grupos de trabalho	Potenciar as sinergias colaborativas entre os parceiros	> Dinamizar o trabalho em rede das Tertúlias Sociais
Otimizar e diversificar as funcionalidades dos recursos da Rede Social	Valorização e divulgação de boas práticas	> Publicação da newsletter da Rede Social; > Atualizar conteúdos e as funcionalidades do sítio da página de Internet da Câmara Municipal de Alijó; > Organizar iniciativas dirigidas às entidades parceiras, focadas na partilha de boas práticas, na articulação interinstitucional e na concertação de recursos; > Desenvolver campanhas inovadoras de sensibilização/capacitação da comunidade para as temáticas prioritárias identificadas (cidadania, tolerância à diferença, não violência…)
Consolidação da estratégia de capacitação e qualificação da Rede Social	Desenvolver um programa estratégico e integrado de capacitação/formação	> Atualizar anualmente o levantamento de necessidades formativas das entidades parceiras da Rede Social Alijó, visando o reforço da qualificação técnica metodológicas na intervenção social
Definição de estratégia concertada de experimentação e inovação social	Alavancar projetos piloto de inovação social em áreas identificadas como prioritárias	> Definir uma estratégia de apoio de projetos de inovação social ou de experimentação social de base local em articulação com os recursos existentes
FINALIDADE: Dinamizar e potenciar o funcionamento do NE		
Dinamizar o funcionamento do Núcleo Executivo	Reforçar o papel do NE na concretização das prioridades de intervenção	> Construção dos documentos obrigatórios da Rede Social (PA, PDS, DS); > Reunir mensalmente por forma a desenhar uma intervenção concertada; > Promover e envolver os parceiros do CLLAS nas temáticas trabalhadas pelo Núcleo Executivo > Promover a criação de grupos de trabalho temáticos

Alijó 2022